

## ONU: reféns do Hamas são violentadas em cativeiro

Relatório diz que houve abusos sexuais no dia do ataque ao território israelense, em 7 de outubro, e que violência continua em Gaza; agência de refugiados das Nações Unidas na Palestina acusa Israel de torturar funcionários para provar suposto vínculo com terroristas

A relatora especial da ONU sobre violência sexual em conflitos armados afirmou ontem ter "informações claras e convincentes" de que mulheres sequestradas pelo grupo terrorista Hamas nos ataques de 7 de outubro foram e estão sendo submetidas à violência sexual no cativeiro. O relatório foi divulgado no mesmo dia em que a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA) acusou o governo de Israel de torturar e maltratar funcionários da agência em busca de confissões sobre supostos laços entre o órgão e o Hamas.

A divulgação do documento era aguardada por Israel, que há meses aponta para casos de estupro durante os ataques, e acusa a ONU de "inacção" diante das denúncias. "A equipe da missão encontrou evidências claras e convincentes de que violência sexual, incluindo estupro, tortura sexualizada e tratamento cruel, desumano e degradante foi cometido contra reféns, e há indícios para acreditar que essa violência pode estar sendo realizada contra os que estão no cativeiro", afirmou a relatora, Pramila Patten, em comunicado à imprensa. No texto, Patten afirmou que durante sua visita de 17 dias a Israel e à Cisjordânia se

reuniu com autoridades, testemunhas dos ataques, parentes dos sequestrados e sobreviventes. Além das entrevistas, foram realizadas análises de imagens, fotos e relatórios de especialistas forenses. Outra constatação foi sobre violência sexual cometida contra vítimas civis e militares do ataque do Hamas — um dos exemplos é a ação contra o festival de música eletrônica que ocorria perto da divisa com Gaza, onde centenas de pessoas foram mortas. Segundo ela, há indícios de que algumas vítimas foram estupradas, em alguns casos por vários homens, antes de serem executadas. "A equipe achou um padrão das vítimas, na

maior parte mulheres, encontradas totalmente ou parcialmente nuas, amarradas e baleadas em vários locais", afirma. **DESINFORMAÇÃO** Patten também disse que algumas vítimas foram estupro, mas não houve evidências de que elas foram torturadas para obter informações. O texto também traz acusações a Israel: nas entrevistas feitas na Cisjordânia, a missão ouviu relatos de que militares e guardas mantinham um padrão de "tratamento cruel, desumano e degradante dos palestinos presos, incluindo várias formas de violência sexual

através de buscas corporais invasivas, ameaças de estupro e nudez forçada". Também ontem, a ONU acusou o governo israelense de torturar funcionários da UNRWA para obter confissões sobre supostos vínculos entre o órgão e o grupo terrorista Hamas. "Alguns de nossos funcionários relataram às equipes da UNRWA que eles foram forçados a fazer confissões sob tortura e maus-tratos. Essas falsas confissões foram em resposta a questões sobre as relações entre a UNRWA e o Hamas, assim como seu envolvimento com o ataque de 7 de outubro contra Israel", afirmou, em comunicado, a porta-voz Juliette

Touma, citada pela CNN. Em janeiro, no mesmo dia em que a Corte Internacional de Justiça emitiu determinações no caso em que Israel é acusado de genocídio, autoridades israelenses fizeram denúncias sobre a participação de ao menos 12 funcionários da UNRWA nos ataques. Outros 190 foram acusados de serem "militantes" de organizações consideradas terroristas. A ONU iniciou imediatamente uma investigação, e deu prazo de 10 dias para que os outros dois estejam mortos. Segundo Touma, a tortura foi usada para "espalhar desinformação sobre a agência, como parte das tentativas de desmantelar a UNRWA".

## Índia é um dos países mais perigosos para mulheres no mundo

Um caso de violência sexual ocorre a cada 17 minutos; em 2022, foram 31.516 estupros registrados, mas número deve ser ainda maior

THANAY GUPTA  
The Guardian/Infographic

O caso da brasileira naturalizada espanhola que foi estuprada por sete homens em uma região remota do leste da Índia, por onde viajava com o marido, põe o histórico assustador de violência sexual do país asiático sob os holofotes no fim de semana. O território indiano é considerado há anos um dos mais perigosos do mundo para as mulheres: estimativas oficiais apontam que ao menos três estupros ocorrem a cada hora no país — um estupro coletivo a cada quatro horas. Meninas e mulheres também correm alto risco de serem escravizadas, segundo pesquisas.

O estupro é um dos crimes mais comuns contra as mulheres na Índia. Em 2022, foram registrados 31.516 casos em todo o país — o equivalente a mais de 86 por dia ou quase um estupro a cada 17 minutos, de acordo com dados do Escritório Nacional de Registros Criminais, que publica o relatório "Crime na Índia" desde 1953. Deste total, 2.118 casos são de estupro coletivo. A maior parte das vítimas tem entre 18 e 30 anos (65,9%), mas também há casos de meninas menores de 6 anos (0,3%) e mulheres acima dos 60 anos (0,3%). O Rajastão, na fronteira com o Paquistão, registrou 5.399 casos de estupro no ano passado, o maior número entre os esta-

dos. Na capital, Nova Délhi, foram 1.212 casos desse tipo. Uma pesquisa da Fundação Thomson Reuters concluiu em 2018 que a Índia era o país mais perigoso do mundo para ser mulher devido ao alto risco de violência sexual contra elas, bem como ao tráfico de pessoas para trabalho doméstico, trabalho forçado, casamento forçado e escravidão sexual, entre outros motivos. Na edição anterior da pesquisa, realizada em 2011, a Índia aparecia em quarto lugar. Uma nova atualização ainda não foi publicada.

**REALIDADE AINDA PIOR** Os números são alarmantes, mas especialistas alertam que a realidade é ainda pior, devido ao grande número de subnotificações. Muitos ataques não são denunciados, seja por vergonha ou estigma, seja pela falta de confiança nos trabalhos das autoridades, já que condenações são raras e muitos casos acabam enterrados no sistema judicial indiano. "As vítimas de estupro têm muito medo de se manifestar, pois acreditam que não só não obterão justiça como também temem enfrentar humilhação por toda a vida por parte de suas famílias, comunidades e autoridades policiais", afirmam os cientistas políticos Rudabeh Shahid, Kaveri Sarkar e Azeem Khan em artigo de 2021 publicado pelo Atlantic Council, um centro de estudos baseado



Justiça machista. Três indianos comparecem a tribunal em Dumka após estupro coletivo de brasileira; estigma e poucas condenações mascaram realidade

em Washington, nos EUA. "Esse estigma baseada-se no sexismo institucional intenso e no patriarcado, em que a concepção de honra está ligada ao corpo da mulher". Em 2012, o caso de uma jovem que foi vítima de um estupro coletivo e depois assassinada ganhou as manchetes em todo o mundo. Jyoti Singh, uma estudante de 23 anos, foi estuprada e abandonada, dada como morta, por cinco homens e um adolescente em um ônibus em Nova Délhi. O crime bárbaro foi seguido por semanas de protestos, chamando a atenção da comunidade internacional para os altos níveis de violência sexual na Índia.

A pressão pública foi tão grande que, em 2013, levou a mudanças na antiga definição de estupro no Código Penal, que passou a incluir assédio, perseguição e ataques com ácido, além de aumentar a pena para crimes de violência sexual na Índia.

— Temos uma sociedade patriarcal na Índia, que dá mais importância aos homens; as mulheres geralmente são consideradas cidadãs de segunda classe — enfatizou Shruti Kapoor, ativista e fundadora da organização Sayf Trust, em entrevista à rede alemã Deutsche Welle. — As crianças internalizam muito jovens; os desejos e as opiniões de uma menina não são considerados tão importantes quanto os de um menino. Elas aprendem a ser subservientes desde o início. "De fato, surgiram movimentos que levaram a reformas. Mas ainda há problemas sérios e as tendências sociais que os alimentam cruzam linhas sociais, econômicas, religiosas, étnicas e políticas".

Ativistas argumentam que as punições com pena de morte pouco fizeram para mudar as estatísticas. Estudos comprovam que não há correlação entre a introdução da pena capital e a redução de casos. — Temos uma sociedade patriarcal na Índia, que dá mais importância aos homens; as mulheres geralmente são consideradas cidadãs de segunda classe — enfatizou Shruti Kapoor, ativista e fundadora da

organização Sayf Trust, em entrevista à rede alemã Deutsche Welle. — As crianças internalizam muito jovens; os desejos e as opiniões de uma menina não são considerados tão importantes quanto os de um menino. Elas aprendem a ser subservientes desde o início. **SISTEMA DE CASTAS** A violência contra as mulheres na Índia também perpassa questões étnicas. Em julho do ano passado, um vídeo mostrando duas mulheres sendo empurradas mas entre uma multidão de homens no estado de Manipur provocou a indignação de milhões de pessoas, após viralizar nas redes sociais e ganhar manchetes. A cena foi tachada, com dois meses de atraso, pelo premier Narendra Modi de "vergonhosa". O episódio ocorreu um dia após o início dos confrontos entre as comunidades meitei e kokoi, que já deixaram cerca

de 200 pessoas mortas e mais de 70 mil deslocadas. A divisão de castas se sobrepõe à violência de gênero. Em 2020, uma jovem dalit (antigo termo pejorativo de 19 anos) foi estuprada por quatro homens brâmanes — a mais alta casta hindu — em Hathras, estado de Uttar Pradesh. O caso provocou indignação global depois que as autoridades supostamente cremaram seu corpo à força, sem o consentimento da família. Apenas um dos acusados foi condenado, por homicídio culposo. O estupro é um crime inafiançável sob o Código Penal indiano, mas em muitos casos os suspeitos conseguem fiança devido à falta de provas. — Os acusados geralmente são protegidos pela polícia, por políticos ou até mesmo por advogados — disse Anuja Trehan Kapur, psicóloga criminal e advogada de Nova Délhi à Deutsche Welle.

## Três suspeitos são presos por estupro de brasileira em Dumka

Três suspeitos foram presos pela polícia indiana pelo envolvimento no estupro de uma influenciadora brasileira que acampava no distrito de Dumka, na Índia, na última sexta-feira. Ontem, Fernanda Santos e o marido, Vicente Barbera, que

também foi agredido, receberam um cheque de 1 milhão de rúpias (quase R\$ 60 mil) como indenização do governo indiano. O casal de turistas foi atacado por um grupo de pelo menos sete homens — os demais suspeitos, já identificados, seguem sendo procurados. — Damos uma compensa-

ção de um milhão de rúpias. Estamos conduzindo uma investigação completa e tentaremos garantir um julgamento e condenação rápidos — disse Anjaneyulu Dadda, vice-comissário do distrito de Dumka, a repórteres. Fernanda, que compartilha nas redes sociais sua aventura ao lado do marido, o espanhol

Vicente, relatou ter vivido um pesadelo em suas últimas postagens. Ontem, ela rebateu o que chamou de "comentários absurdos" que põem a culpa no casal pela ação criminosa que sofreram "por terem ido à Índia".

— Nós acampamos em 66 países: Ira, Afeganistão, Paquistão... Vários países que são considerados "perigosos" e nunca tivemos problemas. A única vez que fomos roubados foi na Espanha, em Barcelona", escreveu a influenciadora, que pediu justiça para si e outras vítimas de crimes semelhantes. "Não vamos parar de viver e nos esconder em casa, com medo, por causa disso". Fernanda e Vicente mos-

tram no Instagram, dia após dia, uma excursão — que durou, até aqui, cinco anos e 66 países — em que buscam "dar a volta ao mundo" em seus motos. Nascida no Brasil, mas naturalizada espanhola, a influencer é embaixadora de uma marca americana de roupas e acessórios. Com 170 mil seguidores, o último destino do casal, antes da Índia, havia sido Sri Lanka, onde visitaram de santuários de elefantes a palácios históricos.